

Itinerários indígenas na implantação do Horto Botânico do Grão-Pará (1760-1810)

Indigenous itineraries in the implantation of the Grão-Pará Botanical Garden (1760-1810) / Itinerarios indígenas en la implantación del Jardín Botánico de Grão-Pará (1760-1810)

Rafael Rogério N. dos Santos

Doutorando no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Pará (Ufpa). Professor do curso de História da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa), Brasil.
rafaelsantos@unifesspa.edu.br

Frederik Matos

Doutor em História pela Ufpa. Professor do Instituto Federal do Pará (Ifpa), campus Parauapebas, Brasil.
frederik.matos@gmail.com

Nelson Sanjad

Doutor em História das Ciências e da Saúde pela Fundação Oswaldo Cruz, com pós-doutorado no Naturhistorisches Museum der Burgergemeinde Bern, Suíça. Pesquisador do Museu Goeldi e professor do Programa de Pós-Graduação em História Social da Ufpa, Brasil.
nelsonsanjad@uol.com.br

RESUMO

Este artigo analisa a essencial participação de indígenas no plano secreto elaborado pelo governo do Grão-Pará para obter, no final do século XVIII, no Jardim La Gabriele, na capital da Guiana Francesa, em Caiena, plantas e sementes de especiarias valiosas no mercado internacional, como a noz-moscada, a pimenta e o cravo-da-índia, a fim de introduzi-las no Jardim Botânico de São José, em Belém.

Palavras-chave: história indígena; contrabando de especiarias; jardim botânico.

ABSTRACT

This paper analyzes the essential participation of indigenous people in the secret plan elaborated by Grão-Pará Government to obtain, at the end of 18th century, from the La Gabriele Garden, in French Guiana's capital, Cayenne, plants and seeds of spices valuable in the international market, such as nutmeg, pepper and cloves, in order to introduce them in the São José Botanical Garden, at Belém.

Keywords: indigenous history; spices smuggling; botanical garden.

RESUMEN

Este artículo analiza la participación esencial de los nativos en el plan secreto elaborado por el gobierno de Grão-Pará para obtener, a finales del siglo XVIII, del Jardín La Gabriele, en la capital de la Guayana Francesa, Cayena, plantas y semillas de especias valiosas en el mercado internacional, como la nuez moscada, la pimienta y el clavo, con el fin de introducirlas en el Jardín Botánico de São José, en Belém.

Palabras-clave: historia de los indígenas; contrabando de especias; jardín botánico.

Introdução

Na segunda metade do século XVIII, o mundo natural catalisou a atenção de governos e naturalistas. Foi um momento no qual diversas disciplinas científicas se desenvolveram, como a botânica, agronomia e geologia, tornando-se instrumentos da administração metropolitana, no sentido de propiciarem, através do saber especializado, o enriquecimento da economia colonial. Além disso, no período, foram criados jardins botânicos tanto em Portugal, como o da Ajuda (1768) e o da Universidade de Coimbra (1772), quanto nas colônias, como o de São José, em Belém (1796). As principais funções desses jardins eram reunir espécies vegetais nativas e exóticas, assim como realizar ensaios para o cultivo em larga escala e para o uso industrial de produtos de origem vegetal (Sanjad, 2006; 2010).

O ambiente político, a rede de coleta e produção de conhecimento articulada pelas instituições metropolitanas a partir das viagens filosóficas e da instalação dos jardins botânicos são temas já bastante explorados na historiografia (Brigola, 2003; Domingues, 2001; Kury, 2014; Sanjad, 2001). Menos conhecida é a participação dos povos indígenas nesse projeto colonial, sobretudo no Grão-Pará, onde representantes de várias etnias formavam a maior parte da mão-de-obra e dos efetivos militares, e foram fundamentais para que as autoridades coloniais e os naturalistas tivessem acesso a espécies nativas e aos conhecimentos e às práticas a elas associados.

É preciso que chamemos a atenção para uma questão historiográfica no que corresponde à presença dos povos indígenas na história do Brasil. Até a década de 1990, eles figuravam na historiografia como sujeitos que não possuíam agência própria. Foram eclipsados ou tratados como coadjuvantes em processos históricos. Com a emergência do campo conhecido como nova história indígena, tal perspectiva mudou e, desde então, os povos indígenas saíram dos bastidores e hoje aparecem nas narrativas dos/as historiadores/as como protagonistas (Almeida, 2003; Cunha, 1992; Monteiro, 1994).

Isso permitiu, por exemplo, um redimensionamento da participação dos povos ameríndios no processo de colonização. Dos bastidores ao palco, os povos indígenas assumiram um novo lugar na historiografia, na qual as noções de cultura e identidade passaram a ser compreendidas como fruto de relações dinâmicas entre os diferentes grupos envolvidos. Esse “novo lugar” é resultado de uma perspectiva historiográfica que procura conceber os povos indígenas como agentes históricos, que agiram conforme suas percepções das transformações do mundo que lhes envolvia (Ferreira, 2016; Coelho, 2016; Garcia, 2007; Rocha, 2013; Santos, 2018).

Quando se trata da segunda metade do século XVIII, tais trabalhos têm se concentrado em alguns grandes eixos: o processo de civilização iniciado pelo Diretório dos Índios e seus desdobramentos; a questão da natureza indígena diante do pensamento ilustrado; o uso e acesso à força de trabalho dos índios; a liberdade indígena; o protagonismo ou resistência indígena; questões de mestiçagem e hibridismo (Carvalho Júnior, 2017; Coelho, 2016; Sampaio, 2011). É evidente que são temas ligados entre si, nosso propósito ao elucidá-los é sublinhar que apesar do avanço na perspectiva de se compreender os papéis que os índios exerceram na história do Brasil, pouco se tratou deles enquanto agentes históricos na construção e circulação do conhecimento na Amazônia colonial.

Contudo, existem estudos recentes que vêm buscando elucidar essa temática. Esses trabalhos têm percebido que os índios foram sujeitos importantes nos processos de coleta, codificação, preparação do mundo natural, questão cada vez mais central na história das ciências.¹ O trabalho de Ermelinda Pataca, por exemplo, destaca como as relações com os povos indígenas foram determinantes para o mapeamento dos produtos de história natural, pois era necessário que eles fossem identificados também com os nomes indígenas, além do auxílio no reconhecimento geográfico de “territórios amplamente explorados pelos indígenas” (Pataca, 2015, p. 171).

Um caso exemplar é dos índios Cipriano de Souza e José da Silva, empregados pelo naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira como preparadores dos produtos naturais na “Viagem Filosófica pelas capitanias do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá”. Gabriela Almeida destaca que os dois indígenas exerceram tão bem os trabalhos de coleta e preparação que foram promovidos a alferes de suas vilas e acompanharam, na viagem para Lisboa, a “coleção de plantas, minerais, animais e artefatos humanos amazônicos que ajudaram a formar” (Almeida, 2020, p. 192). José da Silva ainda atuou profissionalmente como preparador dos produtos naturais no complexo da Ajuda.²

Um dos pontos fulcrais, nesse sentido, é a percepção de que a ações dos nativos diante desse universo de exploração do mundo natural permite uma

1 Esse movimento de analisar a atuação dos indígenas na história das ciências pode ser incluído em uma inflexão maior, dentro da própria disciplina, que é a de pensar os processos de construção/circulação de conhecimentos, ou das práticas científicas, como resultantes de dinâmicas que agenciam distintos sujeitos e itinerários diversos. Conforme Dominique Pestre, “o objeto da investigação (a ciência) tendo sido radicalmente definido, novas maneiras de abordá-lo surgiram, objetos diferentemente recortados apareceram, novas questões legítimas emergiram” (Pestre, 1996, p. 5).

2 Gabriela B. Almeida não deixa de considerar que a ida dos indígenas para Lisboa pode ter sido no sentido de serem incorporados como “objetos de investigação científica”, contudo, pelo menos no caso do índio José da Silva, do qual há registros, esta não foi a única função que exerceu, trabalhando efetivamente no Museu e Jardim Botânico Real (Almeida, 2020, p. 199).

abordagem mais completa e não eurocêntrica das histórias das ciências. O historiador das ciências Neil F. Safier (2010) considera que diversos textos europeus integraram as populações nativas, não europeias, numa história da produção de conhecimento acerca do mundo natural, sendo necessários modos de investigação que destaquem contextos locais particulares num sistema de trocas que estava constantemente em movimento.

A questão colocada por Safier é que a ciência colonial não é construída no vácuo, ela é resultado de uma vasta experiência de contato, principalmente com o conhecimento de distintos sujeitos como mestiços, indígenas, e, de maneira geral, a população local: “as suas respostas e interações vieram a desempenhar um papel central, ainda que muitas vezes não reconhecido” (Safier, 2008, p. 273). Isto é, sendo parte de uma relação desigual de poder, o conhecimento ameríndio foi incorporado, transformado e adequado aos protocolos europeus.

Os historiadores das ciências, a título de exemplo, passaram a entender que o conhecimento adquirido por expedições europeias incluía pelo menos uma parte do conhecimento derivado de fontes indígenas e que, em muitos casos, o reconhecimento imperial dependia inteiramente desses contatos com as culturas locais. Safier sugere, então, três possíveis quadros que podem servir à história das ciências na inclusão de mais atores indígenas:

uma ênfase em itinerários e histórias conectadas; tentativas de redefinir o conhecimento indígena tradicional em seus próprios termos; e, com referência específica à Amazônia, o uso da história para repensar as vertentes mais remotas da ciência e suas histórias em um quadro global. (Safier, 2010, p. 137)³

A ideia central de parte desses estudos é uma visão global que foca na circulação e produção da ciência não restrita a espaços europeus, a uma elite intelectual ou instituições. Fan (2012), por exemplo, evidencia que o ponto principal seriam as inter-relações e transmissões de conhecimento, e que os historiadores da ciência se tornaram interessados no conhecimento em movimento, focando na transmissão, troca e circulação de habilidades, técnicas, saberes e objetos materiais.

Em consonância com trabalhos que têm procurado dar visibilidade aos indígenas enquanto agentes históricos na circulação do conhecimento (Apolinário,

³ No original: “suggest three possible frames that may help to create more seamless histories of science that include indigenous actors and categories: an emphasis on itineraries and connected histories; attempts to redefine traditional indigenous knowledge on its own terms; and, with specific reference to Amazonia, the use of deep history to rethink more remote strands of science and its histories in a global frame”.

2013; Carneiro, 2011), esse artigo pretende contribuir com esse movimento. Analisaremos a participação de indígenas no plano secreto elaborado pelo governo do Grão-Pará para obter, no final do século XVIII, no Jardim La Gabriele, na capital da Guiana Francesa, em Caiena, plantas e sementes de especiarias valiosas no mercado internacional, como a noz-moscada, a pimenta e o cravo-da-índia, com a finalidade de introduzi-las no Jardim Botânico de São José, em Belém.

Consideramos duas as principais contribuições do artigo: a primeira é a inserção de itinerários indígenas na história da implantação do primeiro jardim botânico luso-brasileiro na América portuguesa, que, inclusive, seria o jardim que serviria como modelo a “todos os outros, que se devem estabelecer nas outras capitanias do Brasil”.⁴ A historiografia que trata dessa implantação e do contrabando⁵ das espécies vegetais de Caiena para Belém tem destaque nessa história somente alguns nomes, geralmente os agricultores que estavam exilados no Grão-Pará, Michel du Grenoullier⁶ e Jean Baptiste Antoine Grimard,⁷ por exemplo.

A segunda questão envolve os conhecimentos indígenas que foram necessários para a execução da missão de espionagem que colaborou para tornar exitosa a experiência de implantação do Jardim Botânico de São José, missão que serviu para a obtenção de uma das primeiras coleções de vegetais do jardim. Pela análise da documentação, concluímos que, por serem exímios conhecedores da geografia local e transitarem naquele mundo de fronteiras, o grupo liderado por Valentim Mendes se tornou essencial à execução do projeto.

Os jardins La Gabriele e São José

A partir de 1760, com o intuito de elaborar um inventário dos produtos naturais de todo o império ultramarino português, o governo lusitano começou a engendrar uma rede institucional e uma comunidade científica que serviria para

4 Arquivo Público do Estado do Pará (Apep). Cód. 676. Ofício de dom Rodrigo de Souza Coutinho a Francisco de Souza Coutinho, s.1., s.d.

5 A categoria “contrabando” tem sido utilizada pela historiografia que analisa a obtenção das plantas e sementes de Caiena para Belém (Kury, 2013; Sanjad, 2001; 2010; Pombo, 2009). De maneira geral, uma das concepções para a prática do contrabando é a realização de ações ilícitas, sendo bastante comum em regiões de fronteira no período colonial (Bastos, 2017; Jesus, 2017).

6 Ex-morador do Oiapoque, natural de Caiena e exilado no Pará desde 1795. Considerado por Francisco de Souza Coutinho um hábil engenheiro agrário (Sanjad, 2001). Foi o primeiro diretor do Jardim Botânico de São José. A historiografia aponta que foi graças à relação desse imigrante com sua família, ainda estabelecida em Caiena, que foi possível a obtenção das primeiras sementes vindas de Caiena (Sanjad, 2010; Pombo, 2013).

7 Assim como Grenoullier, após a abolição da escravidão em Caiena, Grimard, comandante das milícias no Approuague, fronteira com Macapá, também se exilou na capitania do Grão Pará (Sanjad, 2001; Pombo, 2009).

o cultivo de espécies vegetais e a aclimação de plantas exóticas (Kury, 2013). Foram criadas instituições que teriam como intuito promover práticas científicas em Portugal, como o Colégio dos Nobres, o Jardim Botânico da Ajuda, o Jardim Botânico da Universidade de Coimbra e a Academia Real das Ciências (Brigola, 2003; Jobim, 1986; Kury, 2001; Sanjad, 2010).⁸

A consolidação de uma comunidade científica ultrapassou o espaço metropolitano, encontrando ambientes propícios nas colônias ultramarinas (como em Belém e no Rio de Janeiro) para a criação de infraestrutura essencial para o desenvolvimento dos estudos locais em história natural, assim como contou com uma rede de indivíduos que colaborava com as coletas, a preparação de coleções e a sistematização de dados para os estudos envolvendo o mundo natural (Pataca, 2015).

No caso da capitania do Grão-Pará, ocorreu uma intensa transformação do espaço. A Coroa investiu na expansão geográfica, comércio e agricultura, articulando conhecimentos e práticas científicas (Sanjad, 2012). Em Belém, especialmente entre as décadas de 1760 e 1780, foram inaugurados o Arsenal da Marinha; o Hospital Real; o Palácio do Governo; a nova catedral da Sé; os Quartéis dos Soldados; e, no final do século XVIII, foi criado o Jardim Botânico do Grão-Pará.

O jardim botânico em Belém foi o primeiro jardim luso-brasileiro instalado na América portuguesa. A ordem de sua criação é de 4 de novembro de 1796, sendo estabelecido junto ao “edifício que algum dia foi convento com a invocação de S. José; mandei limpar e preparar uma extensão de terreno de cinquenta braças em quadro para o estabelecimento dos viveiros e da educação das plantas que Sua Majestade foi servida determinar...”.⁹ Conforme Pataca, os jardins brasileiros “viriam a satisfazer uma demanda que existia desde que foram criados os jardins botânicos da Ajuda (1768) e da Universidade de Coimbra” (2015, p. 211).

O jardim paraense possuía uma localização estratégica, pois ficava na entrada do Vale Amazônico, região que, de forma mais sistemática, desde a década de 1750 tinha se tornado alvo dos interesses metropolitanos (Rezende, 2006) e localizava-se próxima do complexo agrícola na Guiana Francesa, em Caiena, formado pela Habitation Royale des Epiceries, mais conhecido como La Gabriele (por estar localizada no sopé da serra homônima), pela Habitation

⁸ O contexto também está relacionado ao avanço da indústria portuguesa, “numa associação entre ciência e economia que possibilitasse o desenvolvimento do Estado” (Pataca, 2006, p. 30), questão largamente explorada na historiografia. As políticas pombalinas estavam orientadas para o crescimento econômico de Portugal, procurando implementar medidas que favorecessem o país luso e sua classe mercantil (Matos, 2019; Pedreira, 2015).

⁹ Apep. Cód. 676. Ofício de Francisco de Souza Coutinho a d. Rodrigo de Souza Coutinho. Receberam ordens para a criação de jardins os governadores do Grão-Pará, Maranhão, Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, São Paulo e Goiás. Pará, 30 de março de 1798.

de Mont Baduel, pela Habitation Tilsit e pela Fábrica de Madeiras de Nancibo (Jobim, 1986; Sanjad, 2001).

De acordo com Nelson Sanjad:

A percepção acurada da localização da capital paraense também faria com que o jardim botânico se tornasse uma instituição central para os planos da metrópole na região. O jardim deveria não apenas servir como centro para a aclimação, domesticação e distribuição de plantas com potencial para o comércio, mas também como ponto de apoio para a introdução em terras portuguesas de espécies contrabandeadas da Guiana Francesa, principalmente de La Gabriele. As relações entre os dois jardins, portanto, foi iniciada no mesmo ano da instalação do jardim paraense, alçado à instituição de referência dentro do império português pelas espécies que conseguiu reunir assim que foi inaugurado. (Sanjad, 2001, p. 61)

É importante ressaltar essa relação entre o jardim botânico da capitania do Grão-Pará e o jardim francês, justamente porque havia um grande interesse português em cultivar as especiarias asiáticas e, desde 1773, algumas delas já tinham sido transplantadas pela administração francesa em Caiena. Das ilhas Maurício, no oceano Índico, foram enviados para La Gabriele pés de moscadeira, cravos-da-índia e caneleiras, “em 1776 a Guiana começou a exportar cravos-da-índia, além dos produtos já existentes, como urucum, algodão, cacau e açúcar” (Kury, 2013, p. 244).

Em “Da transplantação das árvores mais úteis de países remotos” João de Loureiro¹⁰ sugeria à Academia de Ciências de Lisboa o cultivo de especiarias do Oriente que já estavam aclimatadas na Guiana Francesa:

naquele tempo existiam naquela Ilha [Ilha de França] 68 plantas de noz-moscada, das quais 15 se remetiam para Caiena; e de 52 de cravo, que ali se achavam, eram mandadas 13 para a mesma Caiena, na América [...] seus frutos ali naturalizados começam a ser de tão bom cheiro e qualidade, como nas mesmas Molucas.¹¹

¹⁰ João Loureiro foi um padre jesuíta e importante botânico europeu no século XVIII. Viajou para Ásia e África, publicando posteriormente a *Flora Conchinchinensis*. Suas memórias, tais como “Da transplantação das árvores mais úteis de países remotos...”, publicadas pela Academia de Ciências de Lisboa, tratavam especialmente da transplantação de espécies asiáticas pelas colônias portuguesas, e da cultura do algodão (Oliveira, 2016).

¹¹ Loureiro, João de. Da Transplantação das árvores mais úteis de países remotos. In: *Memórias Econômicas da Academia das Ciências de Lisboa*. Tomo I, 1789. Lisboa: Oficina da Academia Real das Ciências, p. 121.

A questão que se colocava então era como ter acesso às especiarias ali cultivadas. No final do século XVIII, além da disputa pelo domínio territorial, o então governador do Grão-Pará, Francisco de Souza Coutinho,¹² temia as “ideias perigosas” a respeito das revoluções que chegavam da Europa e do Caribe através de Caiena (Gomes; Queiroz, 1999). Esse temor, aliado à necessidade de combater o tráfico realizado na fronteira, incentivou as autoridades coloniais do Grão-Pará a levantar informações úteis para uma possível invasão do território francês e a criar uma rede de espionagem dentro de Caiena (Reis, 1953).¹³

A historiografia tem destacado que Francisco Coutinho obteve a primeira coleção das plantas exóticas a partir de proprietários franceses que emigraram para Belém, entre eles Michel du Grenoulier e seu cunhado, Jean-Baptiste Antoine Grimard. Conforme iremos demonstrar a partir da documentação, o contrabando desses vegetais é complexo e envolve outros sujeitos até então marginalizados na história. Para que se compreenda como ocorreu o transporte e transplante das especiarias cultivadas em Caiena é fundamental que incluamos itinerários indígenas, especialmente o grupo liderado pelo índio Valentim Mendes.

Saberes indígenas e geografia local

Chegar ao território francês e obter as tão cobiçadas especiarias não seria uma tarefa simples. Ao tratar de uma possível invasão, Souza Coutinho afirmou que toda a região é cortada por rios, “estes socorridos das águas de outros menores, que as recebem dos muitos lagos e pântanos dos terrenos adjacentes... Cobertos de mangais, aningas¹⁴ e árvores de diversas qualidades”.¹⁵ Sendo, nas palavras do governador, impossível qualquer corpo de tropas atravessar por marcha aquela região.

¹² Francisco de Souza Coutinho foi governador do Estado do Grão-Pará entre 1790 e 1803, era irmão de dom Rodrigo de Souza Coutinho, secretário de Estado da Marinha e Domínio Ultramarinos da rainha d. Maria I.

¹³ Em 21 de maio de 1773, o então governador João Pereira Caldas recebeu notícias enviadas por um índio “principal” sobre uma lancha que estaria ao norte da Ilha Grande de Joanes (Marajó) com homens que não falavam português, muito menos a língua geral. Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). Pará (avulsos), caixa 71, d. 6.031. João Pereira Caldas, ofício para Martinho de Melo e Castro, em 24 de julho de 1773. Projeto Resgate. Ver também: AHU, Lisboa, caixa 104, d. 8.223. Martinho de Melo e Castro, ofício para Francisco Mauricio de Souza Coutinho, em 11 de dezembro de 1792. Projeto Resgate.

¹⁴ “É uma macrófita aquática, planta herbácea que cresce na água, em solos cobertos por água ou em solos saturados com água. Chega a medir entre quatro e seis metros de altura, com folhas que variam de 45 a 66 centímetros de comprimento e 35 a 63 centímetros de largura”. Disponível em: <https://vida-de-biologo.webnode.com/taxonomia-de-macrofitas-aquaticas/montrichardia-linifera/>. Acesso em: 3 maio 2020.

¹⁵ Arquivo Nacional (AN). Códice 99, volume 17, fls.176-181. Francisco de Souza Coutinho, correspondência original dos governadores do Pará com a corte, cartas e anexos. Pará, abril de 1797.

De acordo com o governador, somente a viagem do Pará ao Oiapoque duraria, em um clima ensolarado, de oito a dez dias e, em algumas ocasiões, “que nem em tanto se possa fazer”.¹⁶ A documentação mostra o quão difícil era fazer tal viagem:

É preciso atravessar a boca do famoso Amazonas, lutar com as correntes, com as ventanias no tempo delas... Do Oiapoque em diante, contínua costa de mar até Caiena, que está sobre ele em uma ilha e continuam estas mesmas circunstâncias referidas. Quase como neste clima desde julho até outubro, que é a rigorosa estação seca ou das ventanias, durante a qual as viagens deste para aquele porto são breves, e há abrigo nele para as embarcações. De novembro em diante começam as chuvas, e os ventos... que fazem mais prolongadas as ditas viagens e mais breve a volta, mas naquele porto então não há abrigo. Continuam as chuvas até quase ao tempo das ventanias, estiano apenas alguns dias em março, e depois são mais brandas, bem como as da primavera da Europa. Finalmente, nos meses de maio e junho sobrevêm as calmas, e, sem haver vento, ficam sempre grandes os mares naquela costa e porto. Estas estações e alterações são quase certas e periódicas, mas há anos em que se adiantam ou se atrasam mais ou menos, e isto é quase o mesmo que aqui sucede...¹⁷

Diante das dificuldades de transitar naquele espaço, além de lidar com o clima – fator importante a se levar em consideração no transporte das plantas – e as questões latentes de guerra, uma das soluções encontradas pelo governador foi a elaboração de alianças com indígenas e o uso de seus conhecimentos acerca da região, algo até bastante comum.¹⁸

Não seria a primeira vez que o saber indígena acerca do espaço geográfico seria necessário para os portugueses. O próprio jesuíta João Daniel (2004) no “Tesouro descoberto no Rio Amazonas” destacou que é a partir do conhecimento indígena que grande parte dos locais que continham especiarias em abundância era descoberta. Ademais, as próprias técnicas utilizadas para lidar com as dificuldades das incursões no interior das florestas eram nativas.

¹⁶ AN. Códice 99, volume 17, fls.176-181. Francisco de Souza Coutinho, correspondência original dos governadores do Pará com a corte, cartas e anexos. Pará, abril de 1797.

¹⁷ AN. Códice 99, volume 17, fls.176-181. Francisco de Souza Coutinho, correspondência original dos governadores do Pará com a corte, cartas e anexos. Pará, abril de 1797.

¹⁸ Um exemplo dessas alianças ocorreu quando as autoridades coloniais, após serem alertadas pelos índios carapaporys, foram verificar uma possível movimentação dos franceses de Caiena no território português. AHU. AHU_CU_ ordens e avisos para o Pará e Rio Negro, códice 588, p. 87. Livro de registro de ordens régias, instruções, provisões e avisos para o Pará e Rio Negro, da Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar, [1790-1799].

Outro exemplo que podemos dar ênfase é na própria condição dos pilotos, chamados jacumaúbas. Exímios pilotos, guias dos rios amazônicos, tão imprescindíveis nas expedições de coleta que seus soldos eram maiores que o de remeiros, indicando ainda um maior prestígio nesse universo de exploração dos vegetais na Amazônia colonial. Conforme Elias Ferreira (2016), essa condição ocorria devido os conhecimentos sobre os rios que possuíam, já que pilotar exigia um conhecimento geográfico da região, dos igarapés, por exemplo. Os colonos “sem os pilotos jacumaúbas ficariam perdidos, desorientados no labirinto de rios, correndo risco iminente de naufrágio...” (Ferreira, 2016, p. 115). Esses saberes foram apreendidos e utilizados por diversos sujeitos, tornando-se imprescindíveis nas empresas coloniais, “esses conhecimentos integravam a ‘cartografia indígena’, isto é, um acervo de informações espaciais, construído pela memória e enraizado, principalmente, nos sentidos” (Kok, 2009, p. 92).

A condição de detentores de saberes especializados sobre a geografia local fez com que Valentim Mendes e seu grupo fossem arregimentados para uma missão secreta planejada por Francisco Coutinho: obter e transportar para Belém, clandestinamente, plantas e sementes de especiarias que os franceses cultivavam em Caiena, de maneira que Portugal também fizesse parte de um comércio lucrativo.¹⁹

O plano em elaboração envolvia mandar alguém com uma pequena embarcação, semelhante às que frequentavam o porto de Caiena, para que conseguisse entregar cartas à família do proprietário francês, Michel du Grenoullier, que estava exilado no Grão-Pará e, nesse momento, era o diretor do Jardim Botânico de São José, e assim: “haja de receber sementes e plantas de as árvores de especiarias que depois venha entregar-me no Pará, figurando voltar para algum dos portos da nova Inglaterra”.²⁰

Levando em consideração todas essas dificuldades que envolviam clima e geografia da região, Souza Coutinho passou a considerar que talvez os sujeitos mais aptos para a realização da iniciativa fossem os indígenas:

É certo que, por tradição, consta que no tempo de inverno, isto é, das maiores chuvas, há comunicação das campinas de Macapá para Caiena, mas também consta que é só para montarias e para índios, que são como anfíbios, tão próprios para andar por água como pelos matos com igual desembaraço.²¹

¹⁹ É importante salientar aqui que não há como desvincular a construção de um pensamento científico que vai se consolidando cada vez mais, ao longo do século XVIII, com o movimento de averiguar e explorar as potencialidades naturais que as colônias do ultramar detinham.

²⁰ AN. Códice 99, volume 17, p. 154-154v. Francisco de Souza Coutinho, correspondência original dos governadores do Pará com a corte, cartas e anexos. Pará, 9 de abril de 1797.

²¹ AN. Códice 99, volume 17, p. 154-154v. Francisco de Souza Coutinho, correspondência original dos governadores do Pará com a corte, cartas e anexos. Pará, 9 de abril de 1797.

Estamos falando aqui de emaranhados de rios e florestas. De inúmeros caminhos, de um “intricado labirinto”, como afirmou o próprio governador Francisco S. Coutinho. Para transitarem por aquela região precisariam atravessar oitenta léguas de navegação e ainda lidar com “a demora e o incômodo do trânsito por terra entre os matos e pântanos, atravessando muitos rios grandes e pequenos e um extenso sertão sem socorro...”.²² A missão de ir e vir com os vegetais, portanto, exigia um conhecimento especializado, ou o que o historiador Arthur Cezar Ferreira Reis chamou de “inteligência pragmática” (2019, p. 296).

A afirmação do governador Francisco Coutinho de que somente os indígenas conseguiriam atravessar aquela região através da floresta ou dos cursos d’água sem dificuldades deixa tácita uma questão de fundamental importância: o saber indígena. Exímios conhecedores da região, senhores dos rios, eles conheciam a geografia local e sabiam como lidar com as características ambientais do território e isso foi um dos motivos que fez o índio Valentim ser escolhido como o sujeito “mais próprio para a comissão de conduzir de Caiena as sementes e plantas de especiarias”.²³

O plano também levava em consideração que os alvos da missão, as sementes e plantas, só apareceriam em novembro, e que a do cravo-da-índia apodreceria em poucas semanas. Além da brevidade na viagem, a embarcação teria que se prover de montarias, mantimentos e de água doce, não só para consumo dos tripulantes, como também para regar as plantas, “pois que de ordinário nem para beber a trazem por usarem só de cerveja [...] tudo, porém em modo que, ainda que lhe passem revista, não motive desconfiança alguma”.²⁴

A documentação ainda mostra que era necessário absoluto segredo no planejamento da viagem, inclusive nas despesas feitas. Do Palácio de Queluz, dom Rodrigo de Souza Coutinho²⁵ aprovou a ideia e recomendou que o irmão recompensasse os índios contratados com os soldos que julgasse convenientes. A prestação de contas das despesas deveria ser feita apenas ao próprio dom Rodrigo e ao ministro do Estado da Fazenda, enquanto “que a junta da

²² AHU. Caixa 112, d. 8.712. Ofício do governador Francisco de Souza Coutinho para o secretário de Estado da Marinha e Ultramar [d. Rodrigo de Souza Coutinho]. Projeto Resgate.

²³ AN. Códice 99, volume 17, p. 232-232v. Francisco de Souza Coutinho, correspondência original dos governadores do Pará com a corte, cartas e anexos. Pará, 24 de junho de 1797.

²⁴ AN. Códice 99, volume 17, p. 157. Francisco de Souza Coutinho, correspondência original dos governadores do Pará com a corte, cartas e anexos. Pará, 24 de junho de 1797.

²⁵ Dom Rodrigo de Souza Coutinho nasceu em 1755, formou-se na Universidade de Coimbra e era afilhado de Sebastião José de Carvalho e Melo, o marquês de Pombal. Durante os anos de 1796 e 1803, esteve à frente da Secretaria de Estado da Marinha e Domínio Ultramarinos e do Erário Régio; nesse período pôs em prática suas ideias ilustradas e reformistas (Pombo, 2009).

fazenda dessa capitania deve a abonar sem as conhecer, tirando só V. Sa. responsável das contas que dá”.²⁶

Itinerários indígenas na formação do Jardim Botânico do Grão-Pará

Valentim Mendes era natural da vila de Chaves, na porção ocidental da Ilha Grande de Joanes (atual Ilha de Marajó), morador e conhecedor daquela região fronteiriça com território francês. A documentação aponta, inclusive, que era um sujeito que transitava entre espaços coloniais distintos, pois possuía uma patente militar, a de tenente, concedida pelo governo francês. Do lado lusitano, Valentim também era conhecido, pois já havia sido preso,²⁷ possivelmente acusado de espionagem ou contrabando com Caiena.²⁸

Em junho de 1797, Valentim estava estabelecido em território português, casado, com filhos e um pequeno estabelecimento. Conforme as fontes atestam, estava disposto a “colaborar” com o engenhoso plano. Segundo Francisco Coutinho, “o sobredito Valentim aceitou de boa vontade a comissão proposta, e como deixa em penhor mulher e filhos, espero que a desempenhe tão bem como pode...”.²⁹ Além de Valentim, mais três indígenas “de toda a fidelidade” foram agregados à missão, de maneira que ela pudesse ser executada “com a delicadeza que se precisa” e que as autoridades de Caiena não suspeitassem dos seus reais objetivos.³⁰

Valentim Mendes, Antônio da Silva, Cipriano Gomes e Ventura de Souza partiram de Belém com a promessa de que suas famílias estariam livres de qualquer trabalho compulsório, pois uma ordem seria expedida aos diretores das povoações onde moravam para que “nestes índios continue a fidelidade [...] com

²⁶ AHU. AHU_CU_ ordens e avisos para o Pará e Rio Negro, códice 588, p. 87. Livro de registro de ordens régias, instruções, provisões e avisos para o Pará e Rio Negro, da Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar, [1790-1799].

²⁷ Em 1764, um ofício de Fernando da Costa Ataíde Teive para Francisco Xavier de Mendonça Furtado informa que “dos índios de Caiena que se aprisionaram na costa do Macapá, existe só um, o qual fica na sua liberdade, para usar dela como S. Maj. é servido ordenar”. AHU. Caixa 55, d. 5.062. Ofício do governador Fernando da Costa Ataíde Teive para o secretário de Estado da Marinha e Ultramar [Francisco Xavier de Mendonça Furtado]. Projeto Resgate.

²⁸ AN. Códice 99, volume 17, p. 232-232v. Francisco de Souza Coutinho, correspondência original dos governadores do Pará com a corte, cartas e anexos. Pará, 24 de junho de 1797.

²⁹ O fato de ter deixado sua família como garantia do seu retorno mostra que, talvez, Valentim não tenha aceitado de tão boa vontade assim a missão. AN. Códice 99, volume 17, p. 232-232v. Correspondência original dos governadores do Pará com a corte, cartas e anexos. Pará, 24 de junho de 1797.

³⁰ AN. Códice 99, volume 17, p. 233. Correspondência original dos governadores do Pará com a corte, cartas e anexos. Pará, 24 de junho de 1797.

as famílias deles não contenda para serviço algum enquanto não tiver outra”.³¹ É importante destacar isso porque pode nos mostrar uma parte dos interesses dos índios em efetivarem aquela missão, além do soldo que receberiam.³²

A demanda pela mão de obra indígena era bastante intensa, não somente para atender às necessidades dos colonos, como para o serviço de construção de obras públicas, pontes, estradas e guarnição de fortalezas, ou mesmo, como no caso dos indígenas das vilas de Chaves e Rebordelo, para o trabalho nas plantações de arroz em Macapá.³³ Entretanto, os indígenas souberam lidar com as transformações que a legislação em vigor – o Diretório dos Índios – estabelecia e elaboraram ações que iam desde fugas temporárias (Coelho, 2016) a ações na justiça colonial (Santos, 2018).

Numa tentativa de lidar com as mudanças que ocorriam ao seu redor, os povos indígenas buscaram maior autonomia perante as autoridades às quais estavam submetidos. E o fato dessas autoridades coloniais dispensarem dos serviços compulsórios as famílias dos índios que foram à Caiena demonstra bem isso. Trata-se de uma negociação, mesmo que baseada numa relação desigual de poder.

Valentim, Antônio, Cipriano e Ventura estariam por conta própria, atravessariam grande parte da região sozinhos e, se quisessem, poderiam tomar outros rumos; era necessário que tivessem interesse em efetivar o itinerário estabelecido. Não é descabido, portanto, considerarmos que um dos motivos que os levaram a realizarem aquela missão, além do soldo, foi saberem que, mesmo temporariamente, suas famílias estariam livres dos serviços aos quais eram obrigadas.

Em 5 de junho de 1797 partiram em sua missão, chegando à vila de Chaves no dia 13 do mesmo mês. Parte da viagem também foi acompanhada pelo porta-bandeira do regimento da fortaleza de Macapá, Lázaro Valente Marreiros, que esperaria o grupo na ilha de Maracá, defronte à foz do rio Flechal, na costa amapaense. A missão oficial era entregar cartas enviadas por Michel Grenoullier para sua família. Por trás desse plano, Valentim deveria encontrar e trazer as plantas e sementes, deixá-las com o dito porta-bandeira e voltar a Caiena para conseguir outra remessa, “tudo, porém, [sob] pretexto de que fugiu

31 AN. Códice 99, volume 17, p. 233-233v. Francisco de Souza Coutinho, correspondência original dos governadores do Pará com a corte, cartas e anexos. Pará, 5 de junho de 1797.

32 Valentim receberia 160 réis por dia. Antônio da Silva, Cipriano Gomes e Ventura de Souza, cada um receberia 80 réis por dia, “com que ficaram mui satisfeitos”. AN. Códice 99, volume 20, p. 243. Francisco de Souza Coutinho, correspondência original dos governadores do Pará com a corte, cartas e anexos. Pará, 2 de fevereiro de 1799.

33 AN. Códice 99, volume 6, p. 109. Martinho de Souza e Albuquerque, correspondência original dos governadores do Pará com a corte, cartas e anexos. Pará, 2 de maio de 1785.

destes domínios [Grão-Pará] e voltou a sua antiga situação, que os portugueses o abandonaram”.³⁴

Foram quase seis meses sem notícias da missão encabeçada por Valentim. No final do ano de 1797, dom Rodrigo de Souza Coutinho foi informado pelo irmão sobre o regresso do grupo com mudas de canela, pimenta e diversas árvores frutíferas. O desejado cravo-da-índia também fora embarcado, mas todas as mudas morreram, o que foi atribuído por Francisco Coutinho ao fato de terem sido regadas com água salgada. Acompanhemos o relato que ele fez:

O agente que eu dei parte a V. Exa. de haver mandado a Caiena voltou com brevidade... desempenhou honradamente a sua missão. Vieram bastantes plantas do cravo-da-índia, mas todas morreram, talvez pela água salgada que apanharam, apesar de todas as recomendações, escaparam somente algumas de canela, duas de pimenta, e outras diversas árvores frutíferas nas quais se compreende a árvore-do-pão do Capitão Cook. [...] Até o tempo em que regressou tudo estava em Caiena na mesma forma [...] já voltou e já o faço de volta, mas desta vez, para melhor ser informado, mandei com ele um soldado do regimento de Macapá, Florentino José da Costa, de quem faço conceito, e espero corresponda com exação nas averiguações de que o incumbi [...] e aproveitar em tanto a ocasião de haver todas as plantas que dali se podem pretender.³⁵

Cravo-da-índia, canela, pimenta, árvore-do-pão (conhecida também como fruta-pão) e outras plantas frutíferas foram os primeiros exemplares obtidos pela expedição encabeçada pelo índio Valentim. Apesar da morte de alguns exemplares, os itinerários desenvolvidos pelo grupo tiveram um saldo bastante positivo, pois em 27 de fevereiro de 1798, o governador do Grão-Pará avisava o reino que não era necessário enviar à Belém plantas de canela, conforme determinavam ordens régias, pois a capitania possuía mais de quarenta pés, muitos obtidos na viagem a Caiena. As novas mudas seriam, nas palavras do governador, supérfluas, e deveriam ser encaminhadas para outras capitanias:

por quanto da caneleira que escapou das muitas que houve de Caiena, já temos mais de vinte pés, ela já deu algumas de semente, está em termos de dar muitas, assim como tem dado muitos outros pés, além de que depois pude haver de Caiena mais

³⁴ AN. Códice 99, volume 17, p. 154. Francisco de Souza Coutinho, correspondência original dos governadores do Pará com a corte, cartas e anexos. Pará, 24 de junho de 1797.

³⁵ AN. Códice 99, volume 18, p. 391-391v. Francisco de Souza Coutinho, correspondência original dos governadores do Pará com a corte, cartas e anexos. Pará, 9 de dezembro de 1797.

nove ou dez plantas, de modo que já temos vivas para cima de quarenta espalhadas por mão dos diferentes proprietários mais ativos, pelos quais tenho distribuído os folhetos, que tratam da sua cultura e acompanhavam os acusados avisos.³⁶

De Lisboa, dom Rodrigo informou que os esforços empreendidos pelo irmão foram bem recebidos na corte e que esperava pela chegada do cravo-da-índia.³⁷ A respeito do sucesso na obtenção e multiplicação de caneleiras, disse que as novas mudas já tinham saído de Lisboa em direção ao Pará quando a carta de Francisco Coutinho chegou, mas que estas poderiam ser aproveitadas para “aumentar a cultura”, de maneira que, de Belém, fosse estendida para todo o Brasil.³⁸

As plantas que chegaram de Caiena foram distribuídas a agricultores e introduzidas no horto botânico, instalado junto ao edifício que havia pertencido aos padres capuchos de Nossa Senhora da Piedade e que tinha São José como invocação. A extensão de terreno era de cinquenta braças em quadro, sendo ali construídos viveiros para a “educação das plantas”, conforme determinava a carta régia de 4 de novembro de 1796.

Há um ponto importante a levarmos em consideração quando o assunto é a implantação do jardim botânico no Grão-Pará. O também conhecido como Jardim de São José foi alçado à instituição de referência – centro de aclimação, domesticação e distribuição de espécies vegetais – dentro do império português devido às espécies reunidas, assim que foi inaugurado (Sanjad, 2001). Contudo, até então, atribuiu-se a obtenção das mesmas somente aos emigrados franceses Michel Grenoullier e seu cunhado, Jean-Baptiste Antoine Grimard.

De fato, eles também trouxeram alguns vegetais, contudo, conforme a análise da documentação, essa remessa se juntou àquela já trazida pelos índios:

De Caiena trouxeram os nossos honrados emissários a todo o risco [...] um considerável provimento de sementes do dito girofle que, postas em viveiros, produziram duzentas ou trezentas tenras plantas que, com todo cuidado, espalhadas por

³⁶ AN. Códice 99, volume 19, p. 79. Francisco de Souza Coutinho, correspondência original dos governadores do Pará com a corte, cartas e anexos. Pará, 27 de fevereiro de 1798.

³⁷ AHU. AHU_CU_ ordens e avisos para o Pará e Rio Negro, códice 588, p. 158. Livro de registro de ordens régias, instruções, provisões e avisos para o Pará e Rio Negro, da Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar, [1790-1799].

³⁸ AHU. AHU_CU_ ordens e avisos para o Pará e Rio Negro, códice 588, p. 171-175. Livro de registro de ordens régias, instruções, provisões e avisos para o Pará e Rio Negro, da Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar, [1790-1799].

diferentes mãos, se ficam tratando e prometem vingar. Trouxeram também alguns pés de pimenta, os quais, assim como outros da mesma pimenta e do cravo anteriormente vindos [...] A noz-moscada não veio desta vez [...] vieram entanto algumas de árvores-de-pão, de mangas, e de abricós de S. Domingos, as quais pegaram maravilhosamente.³⁹

É fulcral estabelecer quem trouxe primeiro as plantas e sementes que vieram a compor a primeira coleção do Jardim Botânico do Grão-Pará, algo que se tornou um marco no processo de institucionalização das ciências naturais no Brasil? Mesmo com a documentação apontando que a primeira remessa foi responsabilidade dos indígenas, a resposta para essa pergunta é não. Por outro lado, destacar a participação dos índios nesse processo, além de ser inovador para a historiografia, tem a importância de demonstrar que os povos indígenas no Brasil foram essenciais na circulação de espécies vegetais e na construção de conhecimentos relacionados, afinal, o jardim possuía um duplo papel: aclimatar as plantas exóticas vindas de Caiena e domesticar as espécies nativas. E, evidentemente, no caso dos itinerários indígenas aqui analisados, isso se deveu aos conhecimentos que possuíam da região, o que lhes permitiu transitar entre Belém e Caiena.

Seria Valentim e seu grupo o que a história das ciências tem chamado de *go-between*? De acordo com Sanjay Subrahmanyam (2009), o *go-between* tem servido para designar sujeitos que se movimentavam entre mundos, capazes de articular saberes entre e dentro desses espaços; são intermediadores, mediadores. De maneira geral, indivíduos necessários para a realização de algum projeto, de determinada demanda, conectando universos distintos. Movimentavam-se entre locais, traduziam e transportavam objetos, práticas e conhecimentos.

Kapil Raj (2009) considera o *go-between* qualquer sujeito responsável por realizar mediações, sejam tradutores, intérpretes, informantes, banqueiros e até mesmo espiões. Consideramos que os indígenas aqui em foco foram essenciais para a obtenção das coleções do jardim botânico, tanto que realizaram mais de uma viagem até Caiena, transitando entre fronteiras e espaços que exigiam deles um conhecimento geográfico específico.

No Arquivo Nacional, no Rio de Janeiro, há um documento intitulado “Mapa de todas as plantas assim de árvores de especiarias e outras que se trouxeram de

39 Apep. Cód. 703. Ofício de Francisco de Souza Coutinho a d. Rodrigo de Souza Coutinho. Pará, s.d.

Caiena...”,⁴⁰ contendo a relação das plantas transportadas de Caiena e introduzidas no jardim botânico e em terrenos particulares, datado de 1º de abril de 1798.

Essa parece ser a primeira coleção do jardim paraense, obtida, em boa parte, pelas missões realizadas por Valentim e seu grupo. No mapa estão dispostas algumas plantas e suas quantidades já cultivadas em dois jardins (São José e Palácio do Governo) e em terrenos particulares. Na seção “Das árvores de especiarias – transplanta de havidas de Caiena”, aparecem: o cravo-da-índia (286 unidades), canela-da-índia (48 unidades), pimenta-do-país (8 unidades); na seção “Diferentes árvores – transplantadas e havidas de Caiena”, já aparece uma lista maior: árvore-do-pão (12 unidades), quina-do-suriname (7 unidades), cana-de-açúcar (56 unidades), abricó-de-são-domingos (15 unidades), jaca (11 unidades), manga (56 unidades), sapotite (1 unidade), abacate (6 unidades), caju (3 unidades), maracujá (21 unidades), berinjela (4 unidades). Totalizando 534 vegetais, obtidos ainda em 1797 pelos indígenas.

As incursões em Caiena continuaram no ano de 1799: “Sua Majestade aprovou a outra expedição que V.Sa. fez, do índio Valentim a Caiena, como se refere na carta n. 80, e espera as boas aquisições de plantas que V.Sa. há de fazer, e as mais notícias que puder adquirir”.⁴¹ Em 2 de fevereiro, ao comentar o estado do horto botânico, o governador do Grão-Pará afirmou que tem recebido muitas plantas, e que o cravo-da-índia, apesar de terem morrido alguns pés, e terem sido distribuído a particulares, os que estavam plantados no jardim “prometem vigorar”. As caneleiras e as árvores-do-pão estavam crescendo muito bem, e que talvez fosse necessário aumentar a extensão do terreno porque as árvores de construção “também prosperam muito bem”.⁴²

Acerca da noz-moscada, informa que não tinha conseguido ainda, talvez porque o acesso fosse mais difícil, já que nos jardins da Guiana havia poucos exemplares da espécie. Entretanto, estava certo de que a obteria, “por bem ou por mal”, pois era a planta “de que o Brasil carece”.⁴³ Se não contasse com a ajuda dos parentes de Grenoullier, mandaria furtar os exemplares ali cultivados.

⁴⁰ AN. Códice 99, volume 19, p. 100. Mapa de todas as plantas assim de árvores de especiarias e outras que se trouxeram de Caiena...

⁴¹ AHU. AHU_CU_ ordens e avisos para o Pará e Rio Negro, códice 588, p. 162. Livro de registro de ordens régias, instruções, provisões e avisos para o Pará e Rio Negro, da Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar, [1790-1799].

⁴² AN. Códice 99, volume 20, p. 29-34. Francisco de Souza Coutinho, correspondência original dos governadores do Pará com a corte, cartas e anexos. Pará, 2 de fevereiro de 1799.

⁴³ Apep. Cód. 702-703. Ofício de Francisco de Souza Coutinho a d. Rodrigo de Souza Coutinho. Pará, s.d.; Ofício de Francisco de Souza Coutinho a d. Rodrigo de Souza Coutinho. Pará, 2 de fevereiro de 1799. Ver também: AN. Códice 99, volume 20, p. 29-34. Francisco de Souza Coutinho, correspondência original dos governadores do Pará com a corte, cartas e anexos. Pará, 2 de fevereiro de 1799.

Meses mais tarde, no dia 1º de setembro de 1799, Francisco de Souza Coutinho recebeu uma carta dos parentes do já falecido M. Grenoullier, informando sobre a dificuldade em obter as sementes da noz-moscada, pois as plantas estavam sob vigilância. O alferes Florentino José da Costa e os indígenas já haviam mencionado a dificuldade de acesso e acrescentaram que não demoraram mais que dois dias em Caiena para que não fossem presos, pois já havia ordem para prendê-los.⁴⁴

Em 20 de abril, uma nova carta do governador atualizava a situação do horto botânico:

As árvores-de-pão e as caneleiras crescem e engrossam maravilhosamente, e parece que no seu próprio país o não fariam melhor. As plantas de cravo-da-índia são mais vagarosas, têm morrido muitas, mas temos ainda bastantes vigorosas, que prometem vingar... As do cravo-da-terra e de puxuri são também impertinentes e melindrosas, mas as da casca-preciosa e de salsaparrilha vingam sem maior trabalho.⁴⁵

Dois mapas de 1800,⁴⁶ um de abril e outro de junho, nos permitem ver o progresso nos trabalhos do jardim paraense, principalmente pelo aumento do número de algumas espécies obtidas em Caiena, como a cana-de-açúcar, que tinha 56 unidades e aumentou para 300; e a canela, que tinha 48 e foi para 125. Foge dos objetivos deste artigo, e dos limites dele, uma análise mais acurada desses três mapas, contudo, cabe destacar que, percebidos em conjunto com a documentação que trata das viagens realizadas por Valentim e seu grupo, é possível associar as viagens feitas por eles e o aumento do número das plantas transplantadas nos espaços de aclimatação no Grão-Pará.

No início do século XIX, a história do jardim botânico tomou novas proporções com a tomada de Caiena pelos portugueses, quando então grandes coleções de plantas foram transportadas para Belém e Rio de Janeiro (Sanjad, 2001). Sobre Valentim Mendes, até onde pudemos segui-lo, obteve êxito em todos os itinerários desenvolvidos, inclusive recebendo méritos pelo seu serviço. Um

44 AN. Códice 99, volume 20, p. 243. Francisco de Souza Coutinho, correspondência original dos governadores do Pará com a corte, cartas e anexos. Pará, 2 de fevereiro de 1799.

45 De Caiena também vieram sementes de melões e melancias. AN. Códice 99, volume 20, p. 159. Francisco de Souza Coutinho, correspondência original dos governadores do Pará com a corte, cartas e anexos.

46 IHGB. Lata 285, pasta 4. Mapa de todas as plantas que existem no Jardim Botânico em São José em 30 de abril 1800; Mapa de todas as plantas que existem no Jardim Botânico em São José em 20 de junho 1800.

documento registra a solicitação e confirmação da carta patente, em nome de Valentim, no posto de capitão e principal dos índios:

Diz Valentim Mendes que ele foi nomeado pelo Exmo. governador e cap. general do estado do Pará, no posto de capitão e principal dos índios novamente estabelecidos no Caeté do Pará, como foi certo pela patente junta, e porque necessita da régia confirmação para exercer o dito posto [...] por bem mandar-se-lhe passe sua patente de confirmação no dito posto como se tem praticado [...] que atendendo no zelo e fidelidade com que se empregou em mui importante diligência do Real Serviço Valentim Mendes; hei por bem de... nomeio no posto de capitão e principal dos índios novamente estabelecidos no Caeté.⁴⁷

Não era novidade a concessão de cartas patentes concedidas a indígenas em reconhecimento a serviços prestados. A historiografia apresenta diversos casos de indígenas sendo legitimados pela Coroa como líderes de suas etnias e o significado disso (Chambouleyron; Arenz; Melo, 2020; Coelho, 2006; Domingues, 2000; Sampaio, 2007). De maneira geral, ao mesmo tempo em que essas patentes integravam os indígenas ao projeto colonial, os próprios indígenas também perceberam que isso era algo que poderia lhes beneficiar. Embora não saibamos como exatamente a patente favoreceu Valentim Mendes, é certo dizer que um dos privilégios recebidos era ter mão de obra disponível ao seu dispor (Santos, 2018).

O lugar dos indígenas na história das ciências

Geralmente eclipsados na historiografia sobre a circulação do conhecimento, os povos indígenas – “os invisíveis da ciência” – construíram redes complexas que envolviam a circulação, os usos e a apropriação de saberes fundamentais para a sociedade colonial. Foram, certamente, uma das principais peças dessa engrenagem, não somente como força de trabalho, mas na produção e utilização do saber necessário à exploração do mundo natural no Vale Amazônico.

Os índios Valentim Mendes, Antônio da Silva, Cipriano Gomes e Ventura de Souza foram responsáveis pela história inicial do transplante de espécies vegetais para o recém-construído Jardim Botânico de São José. Foram escolhidos para essa missão porque possuíam um conhecimento especializado

⁴⁷ AHU. Cx 120, d. 9.246. Requerimento de Valentim Mendes para o príncipe regente [d. João], solicitando confirmação da carta patente no posto de capitão e principal dos índios novamente estabelecidos no Caeté. Projeto Resgate.

sobre a geografia da região, que lhes permitia transitar entre espaços de soberania distinta e esse saber foi aplicado nas idas e vindas entre Belém e Caiena. Lamentavelmente, não há relatos do cotidiano dessas viagens, o que nos permitiria perceber como se deu a aplicação desses saberes. Entretanto, sabemos que o próprio governador Francisco de Souza Coutinho, ao tratar das dificuldades que a geografia da região implementaria a qualquer um que resolvesse transitar naquele território, acreditava que os índios eram os mais próprios para executarem essa tarefa, e de fato foram. As viagens que realizaram foram exitosas, pois conseguiram diversas remessas das plantas em Caiena.

Foram *go-betweens*, participaram de forma ativa no trânsito desses vegetais, tiveram o papel de protagonistas na circulação de espécies. Afinal, eram os mais aptos a realizar aquela missão, justamente porque detinham o conhecimento sobre a fronteira, aquela geografia, além de saberem lidar politicamente com agentes coloniais. Situados em território híbrido, viviam em uma fronteira fluida, muitas vezes construída por suas próprias ações. Tanto que Valentim Mendes obteve honrarias militares dos dois lados da fronteira.

Apesar de pouco citados, os povos indígenas foram parte importante de redes complexas que movimentavam conhecimentos, artefatos e espécimes, incluindo produtos de interesse comercial, e que integravam não somente sujeitos letrados, como Grenoullier e Grimard. Essa malha de extraordinária tessitura, que veste um conjunto de grupos sociais bastante diverso, nos ajuda a entender como ocorreu a circulação de saberes e objetos fundamentais para a história do conhecimento humano sobre o mundo natural. Os povos indígenas foram peças importantes dessa engrenagem, fizeram parte de uma disseminação global de informações, espécimes e itens relacionados ao mundo natural.

Referências

- ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.
- ALMEIDA, Gabriele B. de. *Rios de conhecimentos: os povos das conquistas e expedições científicas na Amazônia e na África Oriental portuguesa (1780-1798)*. 2020. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, Campinas, 2020.
- APOLINÁRIO, Juciene Ricarte. Plantas nativas, indígenas coloniais: usos e apropriações da flora da América portuguesa. In: KURY, Lorelai (org). *Usos e circulação de plantas no Brasil, séculos XVI-XIX*. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio, 2013. p. 180-227.
- BASTOS, Carlos Augusto. *A fronteira entre a capitania do Rio negro e a província de Maynas: projetos, circulações e experiências (c.1780-c.1820)*. São Paulo: Hucitec, 2017.

- BRIGOLA, João Carlos Pires. *Coleções, gabinetes e museus em Portugal no século XVIII*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.
- CARNEIRO, Henrique. O saber fitoterápico indígena e os naturalistas europeus. *Fronteiras*, Dourados, MS, v. 13, n. 23, p. 13-32, jan./jun. 2011.
- CARVALHO JÚNIOR, Almir Diniz de. *Índios cristãos: poder, magia e religião na Amazônia colonial*. Curitiba: CRV, 2017.
- CHAMBOULEYRON, Rafael; ARENZ, Karl; MELO, Vanice. Ruralidades indígenas na Amazônia colonial. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, Belém, v. 15, n. 1, p. 1-22, 2020.
- COELHO, Mauro C. *Do sertão para o mar: um estudo sobre a experiência portuguesa na América, a partir da Colônia: O caso do Diretório dos Índios (1751-1798)*. São Paulo: Livraria da Física, 2016.
- _____. *O Diretório dos Índios e as chefias indígenas: uma inflexão*. *Revista Campos*, n. 7, v. 1, p. 117-134, 2006.
- CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). *História dos índios do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras; Secretaria Municipal de Cultura; Fapesp, 1992.
- DANIEL, Pe. João SJ. *Tesouro descoberto no máximo rio Amazonas*, 2 v. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.
- DOMINGUES, Ângela. Para um melhor conhecimento dos domínios coloniais: a constituição de redes de informação no Império português em finais do Setecentos. *História, Ciências, Saúde Manguinhos*, v. VIII (suplemento), p. 823-38, 2001.
- _____. *Quando os índios eram vassalos: colonização e relações de poder no Norte do Brasil na segunda metade do século XVIII*. Lisboa: Comissão Nacional para as comemorações dos descobrimentos portugueses, 2000.
- FAN, Fa-ti. The global turn in the history of science. *East Asian Science, Technology and Society: An International Journal*, n. 6, p. 249-258, 2012.
- FERREIRA, Elias Abner Coelho. *Oficiais canoeiros, remeiros e pilotos jacumaúbas: mão de obra indígena na Amazônia colonial portuguesa (1733-1777)*. 2016. 158 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Belém, 2016.
- GARCIA, Elisa. *As diversas formas de ser índio: políticas indígenas e políticas indigenistas no extremo sul da América Portuguesa*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.
- GOMES, Flavio; QUEIROZ, Jonas (org.). *Nas terras do Cabo Norte: fronteiras, colonização e escravidão na Guiana brasileira, séculos XVIII-XIX*. Belém: Editora Universitária/Ufpa, 1999.
- JESUS, Nauk Maria de. O contrabando na fronteira oeste da América portuguesa no século XVIII. *História Revista*, Goiânia, v. 22, n. 3, p. 70-86, set./dez. 2017.
- JOBIM, L. C. Os jardins botânicos no Brasil colonial. *Biblioteca do Arquivo do Museu de Lisboa*, v. 2, n. 1, p. 53-120, jan./jun. 1986.
- KOK, Glória. Vestígios indígenas na cartografia do sertão da América portuguesa. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 91-109, jul./dez. 2009.
- KURY, Lorelai. As mil vozes da natureza. In: _____ (org.). *Representações da fauna no Brasil, séculos XVI-XX*. Rio de Janeiro: A. Jakobsson, 2014.
- _____. *Plantas sem fronteiras: jardins, livros e viagens (séculos XVIII-XIX)*. In: _____ (org.). *Usos e circulação de plantas no Brasil, séculos XVI-XIX*. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio, 2013. p. 180-227.
- _____. Entre utopia e pragmatismo: a história natural no Iluminismo tardio. In: Soares, Luiz Carlos (org.). *Da revolução científica à Big (Business) Science*. São Paulo: Hucitec, 2001. p. 105-153.
- MATOS, Frederik L. A. *O comércio das “drogas do sertão” sob o monopólio da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão (1755-1778)*. 2019. 402f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Belém, 2019.
- MONTEIRO, John M. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- OLIVEIRA, Antonio J. A. de. Sobre fósseis, diversidade humana e transplantação de espécies: João de Loureiro e cultura científica portuguesa setecentista. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE HISTÓRIA DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA, 15., 2016, Florianópolis. *Anais... Florianópolis: UFSC*, 2016.
- PATACA, Ermelinda Moutinho. *Mobilidades e permanências de viajantes no Mundo Português: entre práticas e representações científicas e artísticas*. 2015. Tese (Livre Docência em Educação) – Faculdade de Educação, USP, São Paulo, 2015.
- _____. *Terra, água e ar nas viagens científicas portuguesas (1755-1808)*. Tese (Doutorado em Geociências) – Instituto de Geociências, Unicamp, Campinas, 2006.
- PEDREIRA, Jorge. *A economia política do sistema*

- colonial. In: FRAGOSO, João; GOUVEA, Maria de Fátima. *O Brasil colonial*. v. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- PESTRE, Dominique. Por uma nova história social e cultural das ciências: novas definições, novos objetos, novas abordagens. *Cadernos IG*, v. 6, n. 1, p. 3-56, 1996.
- POMBO, Nívia. Unidade política e territorial nos projetos de d. Rodrigo de Souza Coutinho. In: MOTTA, M; SERRÃO, J.; MACHADO, M. (org.). *Em terras lusas: conflitos e fronteiras no Império português*. Editora Horizonte, 2013.
- _____. Um turista na corte do Piemonte: dom Rodrigo de Souza Coutinho e o iluminismo italiano e francês (1778-1790). *Varia História*, Belo Horizonte, v. 25, n. 41, p. 213-225, jan./jun. 2009.
- RAJ, Kapil. Mapping knowledge go-betweens in Calcutta, 1770-1820. In: SCHAFFER, Simon et al; *The brokered world: go-betweens and global intelligence, 1770-1820*. Sagamore Beach, MA: Science History Publications, 2009. p. 105-150.
- REIS, Arthur Cezar Ferreira. A ocupação portuguesa do vale amazônico. Tomo I, v.1. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História geral da civilização brasileira*. 21. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019. p. 283-299.
- _____. *Portugueses e brasileiros na Guiana Francesa*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, Cadernos de Cultura, 1953.
- REZENDE, Tadeu V. F. de. *A conquista e a ocupação da Amazônia brasileira no período colonial: a definição das fronteiras*. 2006. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2006.
- ROCHA, Rafael Ale. *A elite militar no estado do Maranhão: poder, hierarquia e comunidades indígenas (século XVIII)*. 2013. 321f. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.
- SAFIER, Neil. Global knowledge on the move: itineraries, Amerindian narratives, and deep histories of science. *Isis*, v. 101, p. 133-145, 2010.
- _____. *Measuring the New World: enlightenment science and South America*. Chicago: University of Chicago Press, 2008.
- SAMPAIO, Patrícia M. Melo. *Espelhos partidos: etnia, legislação e desigualdade na colônia*. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2011.
- _____. "Vossa Excelência mandará o que for servido...": políticas indígenas e indigenistas na Amazônia Portuguesa do final do século XVIII. *Tempo*, v. 12, n. 23, p. 39-55, 2007.
- SANJAD, Nelson. *Ciência e poder imperial no Grão-Pará: da expansão à desconstrução (1750-1840)*. In: KURY, Lorelai; GESTEIRA, Heloisa (org.). *Ensaio de história das ciências no Brasil: das Luzes à nação independente*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2012.
- _____. Os jardins botânicos luso-brasileiros. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 62, n. 1, 2010.
- _____. Éden domesticado: a rede luso-brasileira de jardins botânicos (1790-1820). *Anais de História de Além-mar*, Lisboa, v. 7, p. 251-278, 2006.
- _____. *Nos jardins de São José: uma história do Jardim Botânico do Grão-Pará (1796-1873)*. 2001. 216f. Dissertação (Mestrado em Geociências) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2001.
- SANTOS, Rafael Rogério N. "Diz o índio": políticas indígenas no Vale Amazônico (1777-1798). Jundiá: Paco Editorial, 2018.
- SUBRAHMANYAM, Sanjay. Between a rock and a hard place: some afterthoughts. In: SCHAFFER et. al. *The brokered word: go-betweens and global intelligence, 1770-1820*. Science History Publications, 2009.

Recebido em 28/8/2020
Aprovado em 29/6/2021